

2024

PROPOSTA PARA PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO INTEGRAL



Prefeitura de Porto Alegre
Secretaria Municipal de Educação

DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

Área de Conhecimento: Área 46 (Ensino) da CAPES.

Categoria: T1 - Material didático/instrucional

Público alvo: Gestores de políticas públicas, pesquisadores da área de Educação e Saúde e demais interessados em programas de formação docente.

Finalidade: Propor aos gestores municipais uma formação continuada para professores recém-licenciados no modelo “curso de aperfeiçoamento profissional”, caracterizado por ensino em serviço, visando à implementação de novas estratégias pedagógicas na perspectiva do Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, com vistas a ampliar os temas Educação em Saúde (ES), em especial a Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

Origem do Produto: Desenvolvido no Mestrado Profissional em Ensino na Saúde da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (PPGNSAU/UFCSPA), a partir da dissertação intitulada: “Educação alimentar e Nutricional no ensino fundamental: uma proposta de formação docente em serviço para o Programa de Educação em Tempo Integral.”.

Disponibilidade: Irrestrita, mantendo-se o respeito a autoria do produto, não sendo permitido uso comercial por terceiros.

Idioma: Português.

Ano: 2024.

Cidade: Porto Alegre, RS.

Pais: Brasil.

Produto educacional registrado

PROPOSTA PARA PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO INTEGRAL © 2024 por Juciele Weirich; Maria Isabel da Cunha está licenciada sob CC BY-NC-ND 4.0.

Autores:

Juciele Weirich
Mestranda

Profa. Dra. Maria Isabel da Cunha
Orientadora



LISTA DE ABREVIATURAS

BNCC- Educação Básica	Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica
BNC- Formação Continuada	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica
BNC- Formação	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica
CS-PRPEI	Comissão de Seleção do Programa de Residência Profissional na Educação Integral
CNE	Conselho Nacional de Educação
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
EMEFs	Escolas Municipais de Ensino Fundamental
ES	Educação em Saúde
EGP	Escola de Gestão Pública
IES	Instituto de Educação Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PME	Plano Municipal de Educação
PMPA	Prefeitura Municipal de Porto Alegre
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação para o período de 2014-2024
PRPEI	Programa de Residência Profissional na Educação Integral
SMAP	Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio
SMED	Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre
TBL	Problematização e da Aprendizagem Baseada em Grupos
TCTs	Temas Contemporâneos Transversais

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	3
1.1	LEGISLAÇÃO E PRINCÍPIOS ORIENTADORES.....	3
1.2	JUSTIFICATIVA	5
1.3	DESCRIÇÃO DA ÊNFASE	8
1.4	JUSTIFICATIVA DA ÊNFASE.....	8
1.5	IDENTIFICAÇÃO.....	9
1.5.1	Título do programa.....	9
1.5.2	Tipo de atividade formativa.....	9
1.5.3	Área de concentração	9
1.5.3.1	Área temática	10
1.5.3.2	Área docente/Público-alvo.....	10
1.5.4	Número de vagas	10
1.5.5	Duração e periodicidade de ingresso.....	11
1.5.6	Carga horária total	11
1.5.7	Modalidade do curso.....	11
1.5.8	Órgãos, instituições, entidades ou setores envolvidos.....	11
1.5.8.1	Dados da instituição executora e formadora	12
1.5.8.2	Mentoria/tutoria do programa	13
1.5.8.3	Profissionais convidados.....	14
2	OBJETIVOS.....	14
2.1	OBJETIVO GERAL	14
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	14
2.3	PERFIL DO PROFESSOR EGRESSO	16
2.4	RESULTADOS ESPERADOS COM A IMPLANTAÇÃO DO PRPEI.....	17
3	PROJETO PEDAGÓGICO	18
3.1	DIRETRIZES POLÍTICO-PEDAGÓGICAS E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	18
3.1.1	Estrutura pedagógica.....	19
3.1.1.1	Locais e campos de aprendizagem.....	20
3.1.1.2	Eixos de aprendizagem	21
3.1.1.2.1	<i>Eixo práticas</i>	<i>21</i>
3.1.1.2.2	<i>Eixo construção e articulação (teórico-prática)</i>	<i>22</i>
3.1.1.2.3	<i>Eixo integração de campos - comunidade escolar (teórico-prática)</i>	<i>23</i>
3.1.1.2.4	<i>Eixo área temática (teórica).....</i>	<i>24</i>
3.1.1.2.5	<i>Atividade final de curso (Produto de Residência)</i>	<i>28</i>
3.1.1.2.6	<i>Certificação.....</i>	<i>28</i>
3.2	PROCESSO DE AVALIAÇÃO	29
3.2.1	Metodologias de avaliação discente	29
3.2.2	Avaliação do PRPEI	30
3.3	PROCESSO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DE MENTORES E TUTORES.....	31
4	PROCESSO DE SELEÇÃO DO PROGRAMA	32
5	RECURSOS FINANCEIROS.....	32
	REFERÊNCIAS	34
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DIALÓGICA	37

1 APRESENTAÇÃO

O Programa de Residência Profissional na Educação Integral (PRPEI) é uma proposta para a formação continuada para professores recém-licenciados no modelo “curso de aperfeiçoamento profissional”, caracterizado por ensino em serviço, pautado no pressuposto da aprendizagem significativa, com reflexão da prática pedagógica e suas nuances, visando sempre interdisciplinariedade e transversalidade das áreas do conhecimento. Têm como finalidade o desenvolvimento profissional dos professores iniciantes orientado à implementação de novas estratégias pedagógicas na perspectiva da Educação em Saúde (ES), em especial a Educação Alimentar e Nutricional (EAN), e da educação integral.

1.1 LEGISLAÇÃO E PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Na Lei Federal nº 9.394/1996 ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) a formação dos profissionais da educação é considerada uma responsabilidade, dividida entre os entes federados, na perspectiva de favorecer a inserção qualificada de professores e contribuir para a formação continuada, resultando, assim, na aprendizagem escolar de seus estudantes.

Nessa concepção que o PRPEI está articulado à Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação para o período de 2014-2024 (PNE), quanto à operacionalização de esforços dos entes federativos concernentes à qualificação de recursos humanos para atuar na Educação Básica. Essa concepção se concretiza nas metas a serem atingidas e suas estratégias, mais precisamente na meta nº 16, que trata da expansão da formação em nível de pós-graduação e de consolidar a formação continuada de professores da educação básica, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. Compromisso também assumido pelo município de Porto Alegre, estabelecido no Plano Municipal de Educação (PME), instituído pela Lei nº 11.858, de 25 de junho de 2015.

Convergente ao PNE, o Ministério da Educação tem assumido a formação de professores como um dos pilares para a implementação das políticas curriculares, como a Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC-Educação Básica), regulamentada pelas Resoluções CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 e CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018. O Conselho Nacional de Educação (CNE) instituiu, através da Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020, fundamentada no Parecer CNE/CP

nº 14, de 10 de julho de 2020, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).

O CNE reconhece a formação continuada como aprendizado e desenvolvimento profissional constante, ao longo da vida do professor, tendo como meio os programas destinados à Formação Continuada em Serviço, sendo papel das escolas, redes escolares ou sistemas de ensino, por si ou em parcerias com outras instituições, desenvolvê-las em consonância com as reais necessidades dos contextos locais (CNE, 2020a). Assim, reafirma que, conforme disposto no art. 61 da LDB, a “Formação Continuada em Serviço deve oferecer aos docentes a oportunidade de aprender, junto com seus colegas de trabalho, com suporte de um formador experiente (mentoria ou tutoria), compartilhando aprendizagens já desenvolvidas [...]” (CNE, 2020a, p. 6).

A BNC-Formação Continuada, em consonância com os marcos regulatórios definidos pela LDB e, em especial, pela BNCC-Educação Básica e pela BNC-Formação, define o conjunto de características, princípios norteadores, fundamentos pedagógicos e competências ou padrões profissionais que devem orientar o desenvolvimento dos Programas de Formação Continuada de Professores para a Educação Básica (CNE, 2020b). São três dimensões fundamentais para a Formação Continuada de Professores, as quais devem ser consideradas em todas as ações e modalidades de cursos e programas destinados à formação continuada dos docentes. A saber: I – conhecimento profissional; II – prática profissional; e III – engajamento profissional (CNE, 2020a).

O PRPEI está ancorado na BNC-Formação Continuada, mediante o modelo de curso de atualização e aperfeiçoamento profissional, devendo atender as características de: foco no conhecimento pedagógico do conteúdo; uso de metodologias ativas de aprendizagem; trabalho colaborativo entre pares; duração prolongada da formação; e coerência sistêmica. Nesse sentido, entende-se por coerência sistêmica a articulação do PRPEI ao Programa Escola em Tempo Integral, à matriz curricular e aos projetos pedagógicos do município e, também, às demandas formativas para avançar nas abordagens dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs).

A proposta de uma formação voltada à inserção dos temas ES e EAN como objeto de aperfeiçoamento profissional está assegurada na concepção da BNCC-Educação Básica e é considerada como temática relevante na área de educação pela sua dimensão transversal e essencial (Brasil, 2018, 2019, 2022). Configura-se, assim, um caráter inovador de pensar a formação continuada, a partir de experiências docentes que complementem a formação inicial recebida na Instituição de Ensino Superior (IES) de

origem, a partir de vivências, trocas e o diálogo com outros saberes – áreas de conhecimento –, colegas residentes, docentes do serviço e demais profissionais da educação, comunidade escolar, gestores e mentores/tutores, possibilitando não somente contribuir para o processo de desenvolvimento profissional dos professores iniciantes, mas também à implementação de novas estratégias pedagógicas na perspectiva da EAN e da educação integral.

Convergente ao Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, o PRPEI desponta como uma relevante alternativa ao desafio para a implementação da educação integral na rede de ensino, integrando aprendizado da prática em serviço, qualificação dos recursos humanos, com vistas a ampliar os temas abordados e seus alcances de aprendizagem e reflexão dos estudantes da Educação Básica.

1.2 JUSTIFICATIVA

O PRPEI busca responder à política governamental, no âmbito do PNE e PME, no que concerne ao complexo desafio de implementação da educação integral, tanto em relação à necessidade de ampliar a oferta de recursos humanos, como, principalmente, de mudanças na direção de uma visão sistêmica do aluno e seu processo de aprendizado.

A literatura nacional vem continuamente apontando fragilidades dos cursos de formação docente, ainda com forte tradição no aspecto disciplinar que, salvo raras exceções, mostram estruturas curriculares fragmentadas, estanques entre si, sem disciplinas articuladoras, direcionando os saberes para a área de conhecimento específico. Segundo Gatti (2014, p. 39-40):

[...] pode-se perguntar se a formação panorâmica e fragmentada, reduzida, encontrada nos currículos dessas licenciaturas, é suficiente para o futuro professor vir a planejar, ministrar, avaliar ou orientar atividades de ensino na educação básica, em seus diferentes níveis, lidando adequadamente com os aspectos de desenvolvimento humano de crianças, adolescentes e jovens, oriundos de contextos diferenciados, com interesses e motivações heterogêneos, comportamentos e hábitos diversos.

Essa ausência de integração formativa inicial, na direção de um perfil profissional de professor habilitado à concepção transversal e integradora da educação integral, pode ser considerada a barreira fundamental a ser superada nos programas destinados à formação continuada de professores.

É igualmente importante considerar que uma visão sistêmica do aluno e seu processo de aprendizagem requer, necessariamente, uma abordagem voltada para os fatores “que afetam a vida humana em escala local, regional e global” (Brasil, 2017, p. 19), que perpassam as questões de saúde e hábitos alimentares. Nesse contexto, as Instituições de Educação Superior (IES) estão longe de proporcionar a articulação que vise o aprofundamento das questões de saúde, contemplando de maneira ampla a ES (Zancul; Gomes, 2011; Hansen; Pedroso; Venturi, 2014; Sampaio; De Senzi Zancul; Rotta, 2015). O estudo de Silva e Garcia (2017), que analisa currículos de cursos de ciências biológicas ofertado por algumas IES da região metropolitana de Porto Alegre, mostra que os conhecimentos vêm sendo produzidos com focos limitados aos aspectos biológicos. Esses trabalhos, entre outros (Marques; Sauerwein, 2020), reforçam a necessidade de reorganização do *modus operandi* de formar profissionais – considerando-se também a formação continuada – como direcionador de atuação profissional.

A Rede Pública de Educação do município de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, a partir de 2021, iniciou o processo de integralização no ensino fundamental em cinco escolas, que desde então, estão sendo transformadas em regime integral de funcionamento. Hoje essa rede conta com um total de quarenta e nove escolas de ensino fundamental (EMEFs), com aproximadamente quarenta mil alunos matriculados.

No município, seguindo a tendência mundial, o sobrepeso e a obesidade são frequentemente identificados em crianças e adolescentes, em todas as regiões. Em 2020, segundo dados provenientes de registros de acompanhamento dos Sistemas de Informação E-SUS, Datasus e SISVAN-WEB, mais de 50% das crianças e adolescentes apresentavam algum grau de excesso de peso, sendo os adolescentes os mais afetados pela obesidade. Mais da metade das crianças entre 5 e 10 anos avaliadas nos distritos do Extremo Sul (54,2%) e do Norte (52,2%) possuíam algum grau de excesso de peso, e os demais distritos apresentavam uma média entre 38,2% e 45,5%. Quanto aos adolescentes, em 10 (dez) dos 17 (dezessete) distritos, o excesso de peso estava presente em mais de 50%, e desses, o distrito da Restinga demonstrou o maior índice (57%). A obesidade apareceu em menor percentual no distrito Noroeste (16%) e no distrito da Restinga em maior grau (23%). Seis distritos (Norte, Sul, Extremo Sul, Centro Sul, Nordeste e Centro) possuíam mais de 8% dos adolescentes avaliados com obesidade grave (Caisan, 2022).

Portanto, esse cenário demonstra que é urgente o envolvimento das escolas, considerando a sua capacidade de influenciar positivamente nos comportamentos da criança e do adolescente e, portanto, contribuir para a promoção de alimentação saudável e prevenção da obesidade (Langford *et al.*, 2015; Jacob *et al.*, 2021). Para tanto, a EAN

deve ser inerente ao trabalho pedagógico das escolas, ou seja, prover práticas contínuas inseridas nos diferentes contextos educativos.

Para promover mudanças na visão tradicional/disciplinar do ensino, que potencialize uma proposta à inserção da EAN na Educação Fundamental, não basta apenas proporcionar ao professor o conhecimento teórico sobre o tema. Também não diz respeito somente aos saberes práticos ou ao nível de decepção com o *status quo* que o professor pode se encontrar, ou seja, ele pode ter conhecimento e consciência, mas não querer reproduzir na prática essa visão, pode estar “pouco motivado para a mudança, ter pouco apoio em seu ambiente de trabalho ou de seus pares para se arriscar a abandonar práticas tradicionais ou para fazer o esforço necessário para mudar, e assim por diante” (Shulman; Shulman, 2016, p. 126).

Tais questões foram evidenciadas na pesquisa base (etapa investigativa) de elaboração desta Proposta (Produto Educacional vinculado à Dissertação de Mestrado Profissional “Educação alimentar e nutricional no ensino fundamental: uma proposta de formação docente em serviço para o Programa de Educação em Tempo Integral”), realizada nas cinco escolas de ensino fundamental que estão implantando o regime ampliado de funcionamento.

As descobertas mostraram que, mesmo havendo um reconhecimento por parte dos professores que lecionam para as turmas de anos finais, dos saberes experienciais (94,4% considerou que as experiências alimentares que atravessam a sua história de vida afetaram seus hábitos alimentares de adulto) e do potencial de aprendizagem no contexto da escola (60% considerou que as experiências alimentares tidas na prática do ofício na escola e interações/trocas com os outros atores, contribuíram para a sua compreensão de alimentação saudável), a maior parte deles não quer/não tem interesse pela formação continuada sobre EAN (68,4%).

Além disso, embora a maioria dos professores tenha um razoável conhecimento sobre nutrição, alimentação e hábitos saudáveis e uma opinião predominantemente positiva sobre a importância e a sua responsabilidade de trabalhar o tema em aula, quase um terço (65,7%) não realiza atividades de EAN regulares (não pontuais) com os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental. Outra constatação foi que aqueles que realizam as atividades regulares de EAN tiveram uma tendência maior de ter tido experiência em EAN em sua formação profissional. Isto é preocupante, visto que apenas 34,3% tiveram alguma experiência em EAN em sua formação profissional.

E, nesse sentido, para garantir que o programa destinado à formação de professores resulte em construção e reconstrução da prática profissional, é necessário que

ele viabilize o engajamento dos profissionais, habilitando-os aos conteúdos, conceitos e valores, bem como ao contexto e ao processo da reflexão crítica das suas próprias expectativas e da sua motivação, para criar e experimentar novas estratégias pedagógicas na perspectiva da EAN e da educação integral.

É exatamente nesse ponto, a partir dos dados de pesquisa e do exposto acerca dos processos de formação de professores, que se justifica a implantação desta proposta de programa institucional inovador para a formação continuada de professores, considerando suprir tanto uma demanda de recursos humanos para atuar na perspectiva da educação integral, quanto oportunizar o aperfeiçoamento de professores iniciantes, contribuindo no ingresso e em seu desenvolvimento profissional.

As concepções e práticas formativas propostas para este Programa de Residência Profissional na Educação Integral, caracterizado por ensino em serviço, estão pautadas na integração entre profissionais e a articulação de forma transversal do conhecimento, ambos considerados importantes elementos da construção da identidade docente. A proposta do projeto pedagógico está estruturada na teoria da aprendizagem significativa (saberes e práticas) e da aprendizagem reflexiva (reflexão sobre a prática) como norteadoras das atividades que configurarão os eixos formativos, sendo eles: eixo práticas; eixo construção e articulação; eixo integração de campos – comunidade escolar; eixo área temática. Por fim, entre suas atividades, está previsto o suporte por meio de formador experiente (mentoria), orientados na perspectiva de construção mútua de novos saberes e socialização desses junto aos seus colegas residentes e aos outros pares e profissionais da educação.

1.3 DESCRIÇÃO DA ÊNFASE

Abordagem em Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) com ênfase em Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

1.4 JUSTIFICATIVA DA ÊNFASE

Considerando a concepção de educação integral, sendo que o seu objetivo principal é expandir o horizonte formativo dos estudantes, bem como as constantes transformações da sociedade atual, inclusive do perfil epidemiológico, há necessidade de implantação de projetos de aperfeiçoamento docente com novo enfoque, como a proposta do PRPEI. Nessa direção, justificada pela necessidade de ampliar as possibilidades da

prática educativa, para além do domínio que o docente tem do campo de sua especialidade, é indiscutível a abordagem dos TCTs que contemplem, em sua estrutura, uma proposta didática voltada para ênfase em EAN.

Também explicam essa ênfase as seguintes considerações:

a) As atividades de apoio pedagógico nos momentos de refeição estão muito presentes na prática destas escolas, visto que em período integral os alunos precisam fazer cinco refeições diárias na escola. Há necessidade de fortalecimento e ampliação de recursos humanos para desenvolver e implementar tais ações.

b) O tempo de alimentação faz parte do eixo de convivência e vínculo da matriz curricular do programa de educação integral de Porto Alegre. Assim, considera-se que o apoio nestes momentos é uma importante ferramenta interdisciplinar e transversal de educação (aprender na realidade e da realidade).

c) Nas escolas de ensino integral, preconiza-se que todos os alimentos consumidos durante o período devam ser preparados na escola. Nesse sentido, faz-se necessária a adaptação de todos – de alunos a professores –, considerando ser recente este projeto, requerendo novos hábitos e rotinas alimentares.

d) Necessidade de recursos humanos para atuarem em projetos de campo, como parte indissociável do processo de educação, a interação, diagnóstico e a implementação de ações de ES com famílias e comunidades.

1.5 IDENTIFICAÇÃO

1.5.1 Título do programa

Programa de Residência Profissional na Educação Integral (PRPEI).

1.5.2 Tipo de atividade formativa

Curso de formação continuada no modelo aperfeiçoamento profissional, caracterizado por ensino em serviço.

1.5.3 Área de concentração

Área 38 (Educação) da Capes.

1.5.3.1 Área temática

Temas Contemporâneos Transversais de Saúde.

1.5.3.2 Área docente/Público-alvo

O PRPEI é destinado prioritariamente aos professores licenciados em diferentes áreas de conhecimento, egressos do curso de graduação dentro do período máximo de 5 (cinco) anos.

Desenvolvido numa perspectiva de fortalecer competências interdisciplinares e transversais, este programa prevê a especialização de recursos humanos para atuar nos anos finais do Ensino Fundamental (6º até 9º ano), oportunizando a integração de campos articulados, das seguintes 4 (quatro) grandes áreas de formação docente: linguagens – português, inglês, arte e educação física –, matemática, ciências humanas e sociais e ciências da natureza.

1.5.4 Número de vagas

Anualmente, serão 10 (dez) vagas previstas, distribuídas por áreas de conhecimento, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 1 – Número de vagas por áreas de conhecimento

Vagas	Área	Formação
04	Linguagens*	Licenciatura em educação artística/artes plásticas, artes visuais, desenho e plástica ou ensino da arte na diversidade; licenciatura em educação física; licenciatura letras/inglês ou outra língua estrangeira; licenciatura em letras/português e literatura da língua portuguesa
02	Matemática	Licenciatura em matemática ou em ciências/ matemática
02	Ciências humanas e sociais**	Licenciatura em história; licenciatura em ciências sociais; licenciatura em geografia e licenciatura plena em filosofia
02	Ciências da natureza	Licenciatura em ciências/ biologia ou outra habilitação, história natural ou ciências biológicas

Legenda: * 04 (quatro) vagas para professores com formação em linguagens, sendo assim definidas: 01 Licenciatura em educação artística/artes plásticas, artes visuais, desenho e plástica ou ensino da arte na diversidade; 01 licenciatura em educação física; 01 licenciatura letras/inglês ou outra língua estrangeira; 01 licenciatura em letras/português e literatura da língua portuguesa.

** 02 (duas) vagas para professores com formação em ciências humanas e sociais, sendo assim definidas: 01 licenciatura em história, licenciatura em ciências sociais ou licenciatura plena em filosofia; 01 licenciatura em geografia.

Na impossibilidade de manter essa composição de vagas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, com observância à área de conhecimento e ordem de classificação. Ainda, as vagas poderão ser ajustadas, a partir do diagnóstico e planejamento, considerando as necessidades de aperfeiçoamento de educadores para a Política de Educação em Tempo Integral e TCTs.

1.5.5 Duração e periodicidade de ingresso

O PRPEI prevê a duração mínima de 12 (doze) meses, com ingresso anual através de processo seletivo.

1.5.6 Carga horária total

O programa contempla uma carga horária total de 1.920 horas, com um período de 30 dias de férias (descanso), por ano.

1.5.7 Modalidade do curso

Regime de Tempo Integral, sendo a média da carga horária semanal de 40 horas,¹ distribuída da seguinte maneira:

- 24 horas de atividades de formação em serviço (eixo práticas);
- 8 horas de atividades de formação-reflexão e planejamento interdisciplinar (eixo construção e articulação);
- 4 horas de atividades de formação em serviço de projetos/pesquisa (eixo integração de campos – comunidade escolar);
- 4 horas de atividades de formação teórica-transversal (eixo área temática).

1.5.8 Órgãos, instituições, entidades ou setores envolvidos

A Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED) caracteriza-se como instituição executora e formadora. Para tanto, desenvolverá o apoio técnico e operacional necessário para a consolidação do PRPEI. As escolas de ensino fundamental integral do município de Porto Alegre são integrantes do PRPEI, em regime de

¹ O detalhamento de cada eixo está apresentado no item Projeto Pedagógico.

corresponsabilidade, assumindo o compromisso de apoiar as atividades do programa que compõem os cenários de práticas na formação em serviço e sua articulação com a equipe pedagógica e comunidade escolar.

A metodologia transversal da ênfase do programa está baseada na formação integrativa que compõe as atividades do eixo área temática. Assim, a proposta ora apresentada prevê dinâmicas de interlocução e cooperação técnica dos profissionais nutricionistas da SMED. Também está previsto o desenvolvimento de parcerias com outros profissionais de saúde da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), da assistência social, cultura, esportes e meio ambiente, setores público e privado, bem como a possibilidade de ampliar a participação interinstitucional com a Secretaria do Estado e Instituições de Ensino Superior, tendo em vista o fortalecimento do debate e trabalho coletivo, objetivando operar mudanças em curto, médio e longo prazo, na abordagem dos TCTs e dos programas locais de Escola em Tempo Integral.

Ademais, o PRPEI será apreciado e pactuado com o Conselho Municipal de Educação e também está previsto a sua articulação com os conselhos escolares e com o Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

1.5.8.1 Dados da instituição executora e formadora

Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED) | Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA)

CNPJ: 30.837.089/0001-06

Endereço: Rua João Manoel, nº 90

Porto Alegre, RS

CEP: 90010-030

a) Secretário Municipal de Educação

José Paulo da Rosa

Graduação em Administração de Empresas, especialização em Gerência da Produção e em Gestão de Instituição de Ensino Técnico, mestrado, doutorado e pós-doutorado em Educação.

b) Secretário Adjunto Pedagógico

Claudio Franzen

Graduação em Licenciatura Plena em Educação Física, especialização em Dança e Consciência Corporal, mestrado em Pedagogia de Educação Física.

c) Diretora Pedagógica

Izabel Abianna

Graduação em Pedagogia - Orientação Educacional, especialização em Educação Pré-escolar, mestrado em Educação.

d) Comitê de Ética em Pesquisa (CEP SMSPA)

Aline Rocha Mendes

Graduação em Biologia, mestrado e doutorado em Educação.

e) Assessoria de Educação Integral

Luciana Ribeiro do Carmo

Graduação em Pedagogia, especialização em Ludopedagogia e em Educação Especial Inclusiva.

e) Assessoria de Educação Alimentar e Nutricional

Sara Bortoluz

Graduação em Nutrição, residência em Saúde da Família e Comunidade, especialização em Nutrição Materno Infantil e em Nutrição Clínica Personalizada: Adesão dietética, Nutrigenômica e Modulação de Nutrientes.

1.5.8.2 Mentoria/tutoria do programa

Os mentores e os tutores do programa exercerão a função de apoio, oportunizando a iniciação e formação dos residentes.

O quadro de mentores do PRPEI é composto, majoritariamente, pelos docentes experientes que se identificam com os temas transversais e que atuam nas escolas fundamentais de Educação Integral. A tarefa do “mentor” é a de assessorar didática e profissionalmente, de forma que se constitui num elemento de apoio aos residentes em suas ideias, ações, projetos e realizações. Tem ação primordial de fomentar e facilitar a articulação de saberes, espaços de diálogo, junto aos seus colegas de trabalho, bem como a interação entre os residentes, equipe pedagógica e demais da comunidade escolar.

Cabe salientar que, serão referenciados no mínimo 1 e no máximo 2 mentores por escola, de acordo com o número de matriculados e quadro de recursos humanos, e que esses profissionais serão apoiadores da aprendizagem dos residentes, independentemente da área de formação, possibilitando, compartilhar e ampliar o conhecimento intra, inter e transdisciplinar na formação em serviço. Além disso, a estruturação do programa prevê o

suporte teórico-prático de formadores experientes que atuam na SMED. Assim, caso na escola não haja profissionais dispostos a assumir a tutoria, tal tarefa será desempenhada por docentes da secretaria, garantindo, conseqüentemente, viabilizar o programa em todas as escolas integrais.

Os tutores são os assessores da SMED que assumem as funções de gestão e de organização das atividades formativas teóricas e teórico-práticas, acompanhamento *in loco* das atividades desenvolvidas e a avaliação do processo pedagógico, bem como a orientação na elaboração do projeto educacional associado ao término do programa de residência. Também prestam o apoio na interlocução entre as escolas, mentores, setores da SMED e entre os serviços da gestão.

1.5.8.3 Profissionais convidados

Dentre as estratégias formativas, está previsto o envolvimento de profissionais docentes convidados, externos ao corpo docente do programa, mas que possuam formação ou experiências exitosas em temas específicos de interesse para a formação em serviço. Por conseguinte, é de responsabilidade dos tutores a definição dos temas que serão abordados por convidados externos, seguindo programação pactuada previamente.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

O PRPEI tem como objetivo geral contribuir para o aperfeiçoamento e desenvolvimento de professores, por meio da educação interdisciplinar, transversal e integrada de diferentes áreas do conhecimento, para o desempenho qualificado da prática profissional na educação integral, bem como ampliar a abordagem dos TCTs, que contemple a EAN, nos anos finais do Ensino Fundamental.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Oportunizar discussões interdisciplinares sobre as práticas pedagógicas e reflexões críticas sobre as funções sociais da escola com o propósito de provocar mudanças nos modos de pensar-fazer a educação, em direção a uma concepção ampliada e integrada dos conhecimentos.

2. Propiciar uma formação que possibilite ao profissional docente uma visão integral do processo de ensino e de aprendizagem, articulando e promovendo a interação com alunos, suas famílias e comunidades, com foco na construção de laços de pertencimento e colaboração mútua para melhoria constante da educação, saúde e qualidade de vida da população.
3. Desenvolver competências para que os residentes ajam como multiplicadores do conhecimento sobre EAN em seus ambientes educacionais.
4. Proporcionar aos residentes conhecimentos teórico-sócio-político sobre Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e os demais dispositivos legais que regem sobre a alimentação escolar.
5. Estabelecer, junto aos pares e demais profissionais da educação, um trabalho integrado, colaborativo e interdisciplinar, contribuindo assim para o desenvolvimento permanente de competências coletivas e melhoria contínua dos processos e dos serviços de educação prestados à comunidade.
6. Oferecer apoio aos professores na fase inicial de inserção na carreira docente, e lhes proporcionar maiores oportunidades de motivação e afirmação para exercer o ofício, contribuindo para a construção de sua identidade profissional.
7. Reconhecer a realidade das escolas integrais e as necessidades de intervenções no contexto da ES, buscando a incorporação de estratégias pedagógicas inovadoras para os problemas/situações identificados.
8. Proporcionar um processo de formação continuada e qualificação diferenciada aos professores experientes que atuarem como mentores/tutores dos profissionais residentes, viabilizando o aprimoramento das competências para desenvolver atividades de orientação técnico-científica e de treinamento em serviço.
9. Desenvolver e implementar produtos educacionais relacionados a abordagem e inserção dos TCTs no contexto da educação integral, com foco na EAN, aplicáveis à realidade das escolas públicas municipais.

2.3 PERFIL DO PROFESSOR EGRESSO

O PRPEI deve garantir a formação continuada de professores com perfil para atuar no cotidiano escolar, habilitado à concepção de uma educação integral, que se explicita, ao reconhecer oportunidades educativas diferenciadas e diversificadas, para além da formação disciplinar do profissional, a partir da interação de áreas, saberes, práticas, espaços, recursos, múltiplos atores e elementos da vida cotidiana.

Espera-se a internalização da importância e da dimensão didático-pedagógica da ES e da EAN, como temáticas e eixos integrados à disciplina de formação inicial do residente. Assim, deverão estar motivados e engajados, não apenas para incorporar esta abordagem em sua prática pedagógica, mas especialmente para agirem como articuladores e multiplicadores do diálogo interdisciplinar do conhecimento.

Desse modo, ao concluir o PRPEI o profissional deverá estar capacitado a:

- Atuar nos anos finais do ensino fundamental, tendo como prática a interdisciplinaridade articulada entre equipe de profissionais e mediada pelas competências gerais da BNCC-Educação Básica.

- Assumir uma postura docente comprometida com o desenvolvimento integral dos alunos, em todas as suas dimensões, compreendendo o aluno, a família, os gestores, os profissionais da educação e demais agentes da comunidade escolar.

- Integrar-se aos pares e demais profissionais da educação de modo a instigar o diálogo interdisciplinar e contribuir para a motivação à implementação de novas abordagens intra, inter e transdisciplinares.

- Identificar as abordagens de ensino-aprendizagem para os TCTs, considerando a realidade local, as necessidades biopsicosociais e perfis de saúde dos alunos.

- Identificar, valorizar e utilizar as experiências relacionadas à saúde e alimentação dos alunos como temas geradores do conhecimento.

- Incorporar a EAN na organização e na condução da prática pedagógica da disciplina convencional lecionada.

- Propor e articular, junto aos diferentes campos de saberes, a incorporação de estratégias e metodologias pedagógicas para a abordagem da EAN, no Plano Político Pedagógico para os finais do Ensino Fundamental.

2.4 RESULTADOS ESPERADOS COM A IMPLANTAÇÃO DO PRPEI

A proposta do PRPEI articula-se com as políticas de Estado para a Educação Básica, especialmente por alinhar-se com o conjunto de estratégias para viabilizar a implementação do Programa Escola em Tempo Integral. Nesse sentido, este programa de residência assume o desafio de contribuir em relação às necessidades e demandas de recursos humanos preparados para o efetivo desempenho dessa estratégia no município de Porto Alegre. Os resultados esperados com o desenvolvimento do PRPEI incluem entre outros aspectos:

- Ampliação na disponibilidade de recursos humanos qualificados ao Programa Escola em Tempo Integral, e, sobretudo, comprometidos com um trabalho integrado, colaborativo e interdisciplinar, capazes de contribuir para a implementação das mudanças propostas para a educação do município.

- Desencadeamento de mudanças da prática pedagógica, a partir da formação em serviço, o PRPEI é capaz de promover novos fluxos de interação entre os diferentes campos do conhecimento, entre os residentes de diferentes áreas, desses entre a equipe de professores das escolas integrais e entre os demais profissionais da educação da rede municipal.

- Desenvolvimento de estudos e pesquisas e ampliação dos dados diagnósticos das necessidades educativas dos alunos, em todas as suas dimensões, compreendendo, além da aprendizagem dos alunos, os problemas/situações diversas, tais como saúde, alimentação, território dentre outros.

- Melhoria da qualidade da educação municipal, principalmente, a partir da implementação de novas metodologias para os TCTs, que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos alunos.

- Desenvolvimento de ações para o eixo “Tempos, espaços e cidadania”, que promovam a comunicação e a integração das equipes pedagógicas com os alunos, as famílias e a comunidade escolar, na busca de soluções voltadas para o território da escola, contribuindo para conscientização dos hábitos alimentares para uma vida saudável.

- Implantação de projetos inovadores de Educação Integral, dentre os quais: desenvolvimento de produtos educacionais; planejamento específico, adequações e reformulações de descritivos para licitação de materiais pedagógicos; iniciação à pesquisa e fortalecimento de parcerias para projetos de extensão; uso de diferentes espaços educativos; expansão e organização de novos laboratórios de ensino; entre outros.

- Impacto no sistema de formação de profissionais, possibilitando a médio e longo prazo melhorias da práxis da docência e, também, capaz de gerar mudanças resilientes na atuação do professor.

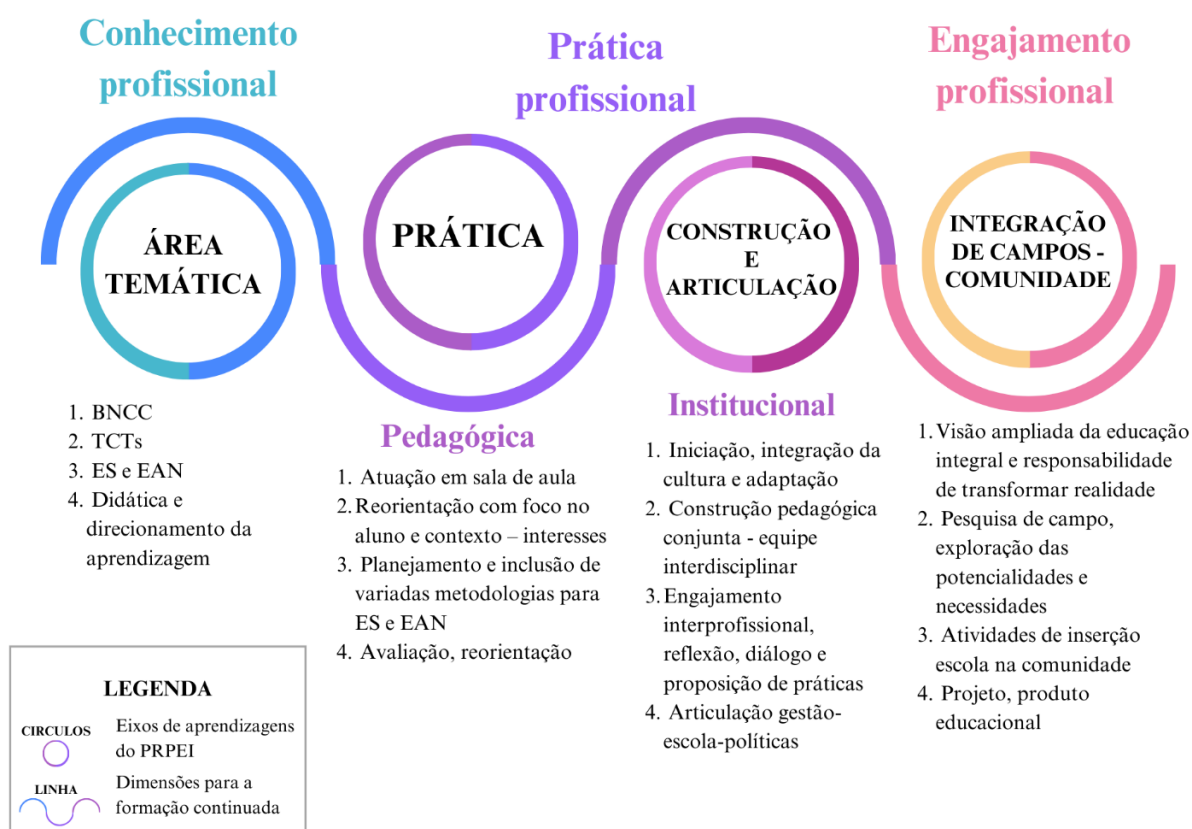
3 PROJETO PEDAGÓGICO

3.1 DIRETRIZES POLÍTICO-PEDAGÓGICAS E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

As diretrizes político-pedagógicas que norteiam a estrutura deste programa estão alinhadas à BNC-Formação Continuada, atrelados às dimensões do Conhecimento, da Prática e do Engajamento Profissionais, suas competências específicas e correspondentes habilidades. Nesse sentido, a proposta baseia-se no aprendizado em serviço, a partir de uma visão transversal e integradora das áreas e competências, voltada à inserção dos temas ES e EAN. Assim, pressupõem o uso de metodologias ativas, que busquem orientar a ação-reflexão-ação, propiciando que a aprendizagem aconteça de modo individual e coletivo, a partir da realidade vivenciada no dia a dia da escola.

O PRPEI está estruturado teoricamente nas três dimensões explicitadas acima, cujo trabalho pedagógico voltado para ênfase em EAN, no cotidiano da integração de saberes, é oportunizado nos quatro eixos de aprendizagens, conforme apresentado na Figura 1. Nesse modelo, os dispositivos de aprendizagem significativa buscam, também, valorizar a relação entre equipe de residentes e entre esses e os demais docentes, constituindo-se como um processo de educação continuada para os professores iniciantes e de educação permanente para os profissionais da educação.

Figura 1 – Matriz curricular do conhecimento organizada pelas dimensões e eixos de aprendizagens do PRPEI



3.1.1 Estrutura pedagógica

Para alcançar seus objetivos, a organização pedagógica adotada para o PRPEI baseia-se pelo currículo integrado, organizado por eixos e atividades formativas práticas e teóricas e/ou teórico-práticas, que preconiza o desenvolvimento das competências docentes para a abordagem em TCTs com ênfase em EAN. Reconhece-se a necessidade de construir coletivamente a interdisciplinaridade, por meio de espaço para a aprendizagem interprofissional, trocas entre pares e diálogo com os colegas de trabalho, ao se definir as competências e os objetos de conhecimento que orientam a estrutura pedagógica aqui apresentada.

Para tanto, respeitadas as normas e as resoluções em vigor, este curso de aperfeiçoamento tem carga horária total de 1.920 (mil novecentos e vinte) horas, integralizadas em: 60% dedicadas às atividades práticas de sala de aula (conteúdos da disciplina ou área de conhecimento em que o professor iniciante irá atuar) ou de formação prática em outros serviços da rede; 20% às atividades teórico-práticas de formação-reflexão e planejamento interdisciplinar (espaços de problematização e interlocução);

10% às atividades teórico-práticas em projetos/pesquisa com a comunidade escolar; e as outras 10% às atividades teóricas do eixo temático (ênfase do programa), que dão suporte às práticas integradas da disciplina de atuação, dita convencional, com TCTs de Saúde. A distribuição da carga horária total entre as estratégias educacionais dos eixos de formação encontra-se descrita no Quadro 1.

Quadro 1 – Distribuição da Carga horária total entre estratégias educacionais dos eixos de formação

PRÁTICA		TEÓRICO-PRÁTICA			TEÓRICO
Práticas de sala de aula	Prática de estágio	Construção e articulação		Integração - comunidade escolar	1º semestre = 106 h
		<i>Formação-reflexão</i>	<i>Planejamento interdisciplinar</i>		
1104 h	48 h	192 h	192 h	192 h	2º semestre = 86 h

Portanto, a trajetória do curso será orientada para diversas experiências de educação que possibilitarão aos residentes articular teoria e prática, adquirir e compartilhar saberes e fazeres, contribuir para a compreensão da realidade e interesse/demandas sociais dos alunos, bem como das questões políticas mais amplas. Com essa concepção, a integração curricular se dá a partir da estruturação da área temática, TCTs de Saúde, sendo a ênfase em EAN o eixo central da integração no currículo.

3.1.1.1 Locais e campos de aprendizagem

Os cenários de aprendizagem serão constituídos de diferentes espaços, compondo as oportunidades de construção da interdisciplinaridade, sendo distintamente organizadas a depender do eixo e da atividade formativa.

Nas atividades de formação em serviço, do eixo práticas, todos os professores residentes passarão, em algum momento do processo de formação, por, pelo menos, duas EMEFs de Educação Integral, podendo variar o período de tempo em cada uma delas, a depender do quadro de recursos humanos e da disciplina ou área de conhecimento em que atua. Além desses, a dinâmica curricular prevê uma atividade obrigatória de estágio ao longo do programa em, pelo menos, um dos espaços diferentes de formação prática previstos: na SMED com as equipes de assessoria pedagógica e/ou assessoria de Nutrição, instâncias do controle social (Conselho de Alimentação Escolar e/ou Conselhos de

Educação: local, municipal e estadual), com famílias e comunidades do contexto de ensino, outros serviços da rede como o Programa Saúde na Escola (PSE) da localidade, dentre outros.

As atividades teórica e teórico-prática serão realizadas nas escolas envolvidas e na SMED, mediante diferentes arranjos interprofissionais, ampliando, assim, a formação em serviço, não somente dos residentes, como também dos demais profissionais envolvidos direta ou indiretamente com o programa:

- i) equipe de residentes;
- ii) residente(s) e tutoria do eixo área temática;
- iii) residente(s) e mentores da escola (professores experientes);
- iv) residente(s) e pares (colegas da mesma área de atuação);
- v) residente(s), equipe pedagógica das escolas e demais profissionais da educação (incluindo gestores, conselheiros e servidores da instituição formadora/executora).

Neste desenho, os espaços reflexão teórica, tal como os cenários de práticas, proporcionam um amplo campo para a construção da atividade final de curso (Produto de Residência), sendo caracterizada pela entrega de um projeto de intervenção, produto pedagógico ou processo didático que contribuam para ampliar o potencial da educação integral ou para promover soluções inovadoras na construção das abordagens dos TCTs.

3.1.1.2 Eixos de aprendizagem

Na operacionalização do programa serão utilizados quatro (4) eixos norteadores do processo de formação em serviço: práticas, construção e articulação, integração de campos - comunidade escolar e, por fim, o eixo teórico intitulado “área temática” que subsidiará a prática docente nos demais eixos no que diz respeito à transversalização dos conteúdos.

3.1.1.2.1 Eixo práticas

As atividades de formação em serviço (práticas) serão desenvolvidas oferecendo a possibilidade de experimentação do trabalho com alunos em matrículas de tempo integral, preferencialmente, na disciplina ou área de conhecimento da formação inicial. A prática profissional será realizada em 4 (quatro) turnos semanais, 6 horas cada, de acordo

com planilhas de distribuição de escalas de atividades, segundo demandas das respectivas áreas em cada instituição de ensino.

A escala dos profissionais residentes por escola, a depender da demanda e/ou atividade executada, será distintamente organizada. Contudo, nessa distribuição haverá, pelo menos, 2 (dois) residentes inseridos no mesmo espaço escolar. Deve-se ainda destacar que, nesse eixo, como estratégia e prática formativa, deve ser estimulada a troca de experiências entre as diferentes escolas integrais, junto aos seus pares, mentores e colegas de residência.

Fazem parte deste eixo, diferentes cenários e oportunidades de aprendizado. Nessa modelagem, cada residente deverá desenvolver um estágio, em período dedicado de 48 (quarenta e oito) horas, cujo local será de livre escolha do próprio profissional. Essa atividade obrigatória está prevista para ocorrer durante o recesso escolar semestral. As experiências práticas exploradas nestes cenários devem garantir complementaridade entre si, ampliando as possibilidades da EAN no cotidiano do trabalho com alunos.

3.1.1.2.2 Eixo construção e articulação (teórico-prática)

O eixo construção e articulação é dedicado à articulação entre teoria e prática, onde as atividades serão desenvolvidas basicamente com inspiração na metodologia da Problematização e da Aprendizagem Baseada em Grupos (TBL).

Por semana serão 8 horas totais destinadas às atividades deste eixo, das quais 4 (quatro) horas estão previstas para encontros entre a equipe de residentes, conforme cronograma definido previamente, para oportunizar discussões e reflexões acerca das vivências práticas nos diferentes cenários, a partir do contexto de atuação em cada um deles, de forma crítica e reflexiva. As outras 4 (quatro) horas propostas serão destinadas às atividades em pequenos grupos, que deverão estabelecer conexões com as questões discutidas no coletivo (equipe de residentes). Os encontros serão realizados em ambiente apropriado, na SMED. Também serão disponibilizadas as bibliotecas e laboratórios de informática da SMED e das escolas envolvidas.

Concebe-se aqui que a construção de aprendizados se dá a partir dos próprios residentes, da integração dos saberes entre áreas específicas, eixo teórico e práticas em serviço, fundamentada na lógica das competências compartilhadas. Assim, tendo em vista a matriz curricular, organizada a partir da ênfase TCTs – EAN, está previsto, entre as diferentes atividades, o TBL como estratégia pedagógica de aprofundamento do estudo de aportes teóricos do eixo área temática. Para isso, faz parte das atividades propostas a

elaboração conjunta de materiais didáticos a serem aplicados na organização do trabalho integrado, o planejamento de aulas, o processo de construção de materiais para EAN e uma proposta de intervenção em EAN (pesquisa-ação) ou outro projeto inovador para a Educação Integral.

Para a realização destas atividades haverá suporte do(s) tutor(es) do eixo área temática, tanto em relação às temáticas a serem exploradas como para a orientação das atividades, apoiado(s) pelos mentores das escolas, cabendo a esses facilitar a implementação das propostas e realizar o acompanhamento das iniciativas práticas *in loco*.

Destaque-se, ainda, que este eixo se constitui uma importante estratégia para a interdisciplinaridade, portanto, contam também como as atividades formativas o diálogo permanente e a participação, junto às equipes das escolas, em reuniões, discussões pedagógicas e demais atividades.

3.1.1.2.3 Eixo integração de campos - comunidade escolar (teórico-prática)

Este eixo foi planejado didaticamente para ampliar o campo de vivências ao longo do curso, o que possibilitará aos residentes uma visão sistêmica do aluno e seu processo de aprendizado. Nesse sentido, pressupõe-se que a construção da docência seja baseada não apenas em experiências pedagógicas com os alunos, mas também em iniciativas educacionais variadas.

A dinâmica metodológica foi desenhada a partir da lógica teórico-prática, com propostas que privilegiem a integração das diversas práticas docentes, com os alunos, famílias e comunidades, e atividades de campos articulados com pesquisas desenvolvidas no contexto de ensino. Dessa forma, oportuniza a análise das interações social e cultural, em diferentes contextos de ensino formal e informal, e o desenvolvimento de ações, levando em conta as condições concretas de sua realização.

Serão dedicadas às atividades deste eixo 4 (quatro) horas semanais, segundo escala e cronograma das respectivas escolas de atuação. Envolve a programação de estratégias como:

- i) observação participante;
- ii) ações no eixo “Tempos, espaços e cidadania” (eixo da matriz curricular da Educação Integral);
- iii) acolhimento do aluno e família;
- iv) levantamento de dados (pesquisa de campo);

- v) oficinas diagnósticas com famílias e comunidade;
- vi) atividades de integração escola-bairro;
- vii) reuniões individuais com família;
- viii) estudo de situação-problema (especificidade).

Apoiado na concepção da problematização, espera-se do professor não apenas a reflexão crítica do contexto, mas que proponha alternativas de investigação/intervenção para as demandas observadas. Portanto, caberá ao residente (individual ou em equipe) a proposição, estruturação e a organização das atividades práticas acima descritas, além daquelas já desenvolvidas na escola, sempre acompanhado diretamente pelos mentores locais.

Tópicos específicos, problemas ou questões apresentadas no processo educacional podem ser tomadas como objetos de reflexão-ação para as iniciativas educacionais deste eixo. Contudo, além desses, o eixo teórico da ênfase do PRPEI deverá desencadear um processo de reconhecimento do contexto da EAN, reflexão e bases para a proposição de ações que envolvam as famílias e comunidades.

Nesse sentido, está previsto a elaboração de um projeto de intervenção para o eixo “Tempos, espaços e cidadania” para as escolas de Educação Integral, com foco em saúde e alimentação, o qual será construído em conjunto com os residentes e mentores, em parceria da comunidade escolar, por ocasião das atividades de reflexão teórica. A orientação acadêmica para a construção do projeto de intervenção, compreendendo a pesquisa de base, os princípios e suporte teórico-metodológico, fazem parte dos conteúdos programáticos do eixo teórico.

3.1.1.2.4 Eixo área temática (teórica)

O eixo área temática se constitui como pilar estruturante do domínio teórico deste aprendizado, sendo, portanto, integrador transversal de saberes. Assim, a programação de estratégias didático-metodológico se dá de forma integrada, simultânea e estabelecendo-se como aportes teóricos às atividades práticas e/ou teórico-práticas que serão desenvolvidas nos demais eixos deste programa.

A estrutura curricular do eixo será de regime semestral, organizada em encontros semanais, com carga horária de 4 (quatro) horas, em caráter obrigatório. A frequência exigida é de no mínimo 85%. O local e o cronograma das atividades teóricas serão determinados pelo(s) tutor(s) do eixo, podendo contar com a participação de professores

convidados, sendo, preferencialmente, em formato presencial, ficando o residente responsável por sua locomoção.

Assim, tendo a formação teórica um enfoque para a abordagem dos TCTs – EAN, estão previstas disciplinas e atividades predeterminadas, conforme estruturação curricular apresentada nos quadros a seguir. Contudo, cabe salientar que os egressos farão parte da construção do PRPEI, não sendo apenas espectadores do processo. De modo prático, os conteúdos do currículo poderão ser modificados e adaptados segundo interesses específicos, problemas ou questões diversas apresentadas durante o processo educacional, demandas que serão pactuadas com os mentores e residentes.

Quadro 2 – Disciplinas previstas para o primeiro semestre.

Disciplina	CH	Conteúdos	Objetivos de aprendizagem	Recursos, estratégias e procedimentos metodológicos
Seminário inicial de integração	22h	<p>Apresentação da proposta político-pedagógica-metodológica do PRPEI.</p> <p>Apresentação e discussão da dinâmica de atividades do eixo área temática e proposta de cronograma.</p> <p>Diálogo sobre concepções, experiências, desafios e perspectivas da iniciação na carreira docente, da EAN e da atuação interdisciplinar da equipe de residentes.</p>	<p>Compreender as bases epistemológicas, conceituais e pedagógicas do PRPEI.</p> <p>Situar-se dentro da proposta de ensino do PRPEI.</p> <p>Oportunizar discussões e reflexões sobre a docência, a EAN e a interdisciplinaridade.</p> <p>Problematizar sobre o seu papel para a EAN no ensino fundamental e suas experiências prévias.</p>	<p>Aula expositiva dialogada: slide, ilustrações, texto – ppt.</p> <p>Metodologia da problematização.</p> <p>Aprendizagem autodirigida.</p> <p>Recursos para estudo: artigos e materiais para leitura.</p> <p>Atividade interativa: visita aos cenários de prática.</p> <p>Mediação: esclarecimento de dúvidas; diálogo com equipes (grupos).</p>
BNCC	22h	<p>BNCC – a lógica das competências e do desenvolvimento integral.</p> <p>Integração Curricular.</p> <p>Proposta pedagógica do município de Porto Alegre.</p> <p>Matriz curricular da Educação Integral do município.</p> <p>Diagnóstico, ação e monitoramento e avaliação da aprendizagem.</p>	<p>Conhecer e discutir sobre a aprendizagem na lógica das competências e do desenvolvimento integral.</p> <p>Problematizar o papel do profissional residente – PRPEI – para a integração curricular.</p> <p>Conhecer os documentos curriculares que fundamentam o trabalho na educação municipal.</p> <p>Viabilizar estratégias de ensino que considerem as características da rede municipal e dos alunos.</p>	<p>Aula expositiva dialogada: slide, ilustrações, texto – ppt.</p> <p>Metodologia da problematização.</p> <p>Aprendizagem autodirigida.</p> <p>Atividade: síntese das ideias.</p> <p>Recursos para estudo: materiais para leitura, vídeos, links para pesquisa.</p>
TCTs - ES	22h	<p>Estudo dos conceitos centrais da disciplina: educação integral, intradisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, conhecimento na prática e conhecimento para a prática.</p> <p>Inter-relação educação, saúde e sociedade.</p> <p>Determinantes de Saúde.</p> <p>Políticas Públicas, direito à saúde e participação social.</p>	<p>Discutir e associar as bases teóricas ao desenvolvimento da ES, considerando cultura organizacional da(s) escola(s) e o contexto sociocultural em que está inserida.</p> <p>Desenvolver o posicionamento crítico em relação a abordagem dos TCTs e as funções sociais da escola.</p> <p>Compreender os determinantes de saúde e como esses afetam o aprendizado.</p> <p>Refletir sobre como atuar para mudanças no trabalho pedagógico, dentro e fora da sala de aula.</p>	<p>Aula expositiva dialogada: slide, ilustrações, texto – ppt.</p> <p>Aprendizagem autodirigida.</p> <p>Recursos para estudo: materiais para leitura, vídeos, links para pesquisa.</p> <p>Atividade: elaboração de mapa mental, síntese das ideias.</p> <p>Mediação: esclarecimento de dúvidas; diálogo com equipes (grupos).</p>
Educação Alimentar e Nutricional I	40h	<p>Aspectos biopsicossociais da alimentação.</p> <p>Alimentação: o ato de comer e a comensalidade.</p> <p>Introdução à Nutrição: conceitos básicos.</p> <p>Educação Alimentar e Nutricional: histórico, entraves e avanços do campo.</p> <p>Guia Alimentar para População Brasileira.</p> <p>Mídia, obesidade e outras doenças crônicas não transmissíveis.</p> <p>Poder das Indústrias de alimentos.</p>	<p>Discutir e refletir sobre os significados da alimentação.</p> <p>Adquirir instrumental teórico para inserir a abordagem de temas da EAN, articulada aos conteúdos da disciplina ou área de conhecimento em que atua.</p> <p>Discutir sobre os significados das práticas de EAN e da sua atuação como profissional residente no cenário da educação municipal, de forma crítica e reflexiva.</p>	<p>Aula expositiva dialogada: slide, ilustrações, texto – ppt</p> <p>Recursos para estudo: artigos, materiais, arcabouço jurídico para leitura, e filme – documentário “Big Food: O Poder das Indústrias de Ultraprocessados”.</p> <p>Atividade: Realizar prática de EAN no ensino da disciplina convencional lecionada.</p> <p>Diálogo socrático – questões abertas para reflexão sobre as práticas realizadas.</p>

Quadro 3 – Disciplinas previstas para o segundo semestre.

Disciplina	CH	Conteúdos	Objetivos de aprendizagem	Recursos, estratégias e procedimentos metodológicos
Educação Alimentar e Nutricional II	22h	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Programa Saúde na Escola (PSE). Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).	Compreender a importância do diagnóstico situacional para a elaboração dos planejamentos didáticos do TCT-EAN. Conhecer os principais programas governamentais relacionados à ES na escola e seus referenciais legais. Reconhecer o papel, as finalidades e as contribuições dos programas estudados. Desenvolver reflexões e posicionamento crítico em relação à prática de EAN, o DHAA e a SAN.	Aula expositiva dialogada: slide, ilustrações, texto – ppt. Diálogo socrático – questões abertas para reflexão sobre as vivências/experiências dos programas. Aprendizagem autodirigida. Recursos para estudo: artigos para leitura, arcabouço legal, links para pesquisa. Atividade: Seminários Interdisciplinares. Metodologia: TBL. Mediação: esclarecimento de dúvidas; orientação aos grupos.
Objetos de aprendizagem para EAN	22h	Materiais de apoio para as suas proposições de práticas de sala de aula.	Identificar os materiais de apoio para o desenvolvimento de atividades didáticas de ES - EAN. Conhecer repositórios de objetos de aprendizagem e sites sobre o tema.	Aula expositiva-exploratória (atividade de pesquisa). Recursos para estudo: artigos para leitura, links para pesquisa na web, livros, jogos, aplicativos, entre outros. Atividade: portfólio interdisciplinar. Metodologia: TBL. Mediação: esclarecimento de dúvidas; orientação aos grupos.
Metodologia de elaboração de projetos de intervenção e produtos educacionais	22h	Produção de projeto de intervenção: etapas de elaboração. Ética em pesquisa: Sistema CEP-CONEP, TCLE. Principais produtos educacionais e processos técnicos ou didáticos. Ficha de informação da produção técnica.	Conhecer os procedimentos e etapas do projeto de intervenção. Compreender os procedimentos éticos de dados para fins de pesquisa. Discutir aspectos relacionados à divulgação e implantação de produtos: normas, avaliação e validação. Compreender a importância da etapa diagnóstica para e elaborar produtos / projetos, refletindo sobre os contextos de ação pedagógica. Vivenciar a elaboração de produtos / projetos de intervenção educativa.	Aula expositiva-exploratória (atividade de pesquisa). Recursos para estudo: artigos para leitura, links para pesquisa. Metodologia baseada em projetos (PBL). Atividade: construir projetos ou produtos educacionais para o eixo da matriz de Educação Integral “Tempos, espaços e cidadania”. Mediação: esclarecimento de dúvidas; organização e orientação.
Seminário de avaliação do Produto de Residência	20h	Apresentação das propostas de ensino. Avaliação – feedback – dos produtos e da metodologia de ensino-aprendizagem utilizada, sugestões.	Debater e avaliar em equipe interdisciplinar os produtos apresentados.	Atividades e mediação: apresentação das propostas elaboradas e debate em grande grupo. Recursos para estudo: artigos para leitura, hipermídia, páginas da web. Atividade: apresentação de trabalhos. Mediação: esclarecimento de dúvidas; orientação individual e/ou aos grupos.

3.1.1.2.5 Atividade final de curso (Produto de Residência)

Faz parte da matriz curricular a elaboração de um trabalho final de curso, sendo que esse deverá ser em formato de projeto de intervenção ou produto pedagógico ou processo didático, objetivando favorecer a capacidade de articulação dos eixos e a reflexão-ação de dada realidade vivenciada pelos residentes.

Esta atividade prevê que, ao final de curso, por meio do aperfeiçoamento profissional e científico dos residentes, resulte em projetos ou materiais pedagógicos inovadores para a Educação Integral e Tempo Integral e/ou abordagem dos TCTs, assim como possam ser documentados e disseminados. Nesse sentido, é estimulado, ao longo da formação, o engajamento dos residentes em estudos e pesquisas sobre as necessidades de desenvolvimento integral dos alunos e os necessários processos de mudança nas abordagens dos TCTs.

Os trabalhos poderão ser construídos individualmente ou em duplas, mas sempre partindo da aprendizagem de base interdisciplinar, e tendo como pressuposto a proposta político-pedagógica do PRPEI. Está prevista no plano da disciplina de “Metodologia de elaboração de projetos de intervenção e produtos educacionais” a orientação acadêmica voltada à construção desse trabalho.

Esta atividade será utilizada na avaliação final, sendo requisito parcial para obtenção do certificado de conclusão do curso. No entanto, considerando o período para execução, não requer necessariamente que as produções (projeto de intervenção e/ou produto) sejam aplicadas na prática, mas que estejam disponíveis para posterior desenvolvimento. Com isso, buscando um cenário que viabilize a sua aplicação, há a necessidade da proposta ser pactuada junto de todos os envolvidos, especialmente ao(s) mentor(es) e gestor(es) da(s) escola(s).

3.1.1.2.6 Certificação

Ao final, receberão o certificado de conclusão de Curso de Formação Continuada na modalidade de Aperfeiçoamento Profissional, com carga horária total de 1.920 (mil novecentos e vinte) horas, os residentes que:

- i. cumpriram de forma integral todas as atividades da matriz curricular do Programa;
- ii. cumpriram 100% da carga horária do eixo prática do PRPEI;
- iii. cumpriram no mínimo 85% da carga horária das atividades do eixo temático (teórico) e dos eixos de atividades teórico-prático eixo construção e articulação e

- eixo integração de campos - comunidade escolar);
- iv. obtiverem suficiência nos processos avaliativos realizados para cada eixo, definida como conceito A ou B (equivalente a nota igual ou superior a 7 pontos);
 - v. obtiverem aprovação na apresentação da atividade final de curso (Produto de Residência).

Os certificados serão emitidos pelo gabinete do(a) Secretário(a) Municipal da Educação e assinados pelo prefeito em exercício.

3.2 PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Alinhada à concepção pedagógica do PRPEI, a avaliação fundamenta-se nos pressupostos da formação crítico-reflexivo, considerada como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Assim, será realizada de forma contínua, incorporada na prática sistemática dos eixos, envolvendo todos os atores desses cenários: os(as) tutor(es), a(o) mentor(a), os(as) colegas residentes, pares e do próprio residente avaliado.

O sistema de avaliação discente proposto será constituído por atribuição de conceitos, contemplando duas abordagens: a avaliação de desempenho formativa e a avaliação somativa. Para cada avaliação serão atribuídos combinadamente os seguintes conceitos e notas equivalentes:

A = Muito Bom (equivalente às notas 9,5 e 10);

B = Satisfatório (equivalente às notas 7; 7,5; 8; 8,5 e 9);

C = Precisa Melhorar (equivalente às notas 5; 5,5; 6 e 6,5)

D= Insatisfatório (abaixo de 5)

3.2.1 Metodologias de avaliação discente

A avaliação formativa será realizada durante e em processo de formação em serviço, conforme cronograma estipulado previamente, em conjunto com o(s) mentor(es) de cada unidade escolar, no mínimo uma vez por mês, durante o primeiro semestre, tendo como objetivo identificar tanto a qualidade das experiências de iniciação docente como também as necessidades e possibilidades de melhoria de suas aprendizagens na prática. No segundo semestre, a avaliação dialógica entre residente e mentor(es) poderá ser realizada a cada troca de escola, ou sempre que necessário. Como método de avaliação e análise do processo serão utilizados dois instrumentos:

- Questionário de avaliação dialógica² – contendo perguntas fechadas e abertas, e preenchido pelo(s) mentor(es) e residentes.

- Diário de campo – instrumento para o registro escrito dos aprendizados experienciais, autoavaliação e reflexão por parte dos residentes, elaborado durante o período de atividade em cada cenário de prática. No momento da avaliação, residente e mentor(es), em conjunto, elaboram uma síntese dos registros, refletindo sobre as razões apresentadas. Para além de instrumento de autoavaliação, permite problematizar sobre o trabalho pedagógico na educação integral e ampliar o olhar sobre o PRPEI como um todo, possibilitando identificar fragilidades, discutir e definir processos de melhoria.

A metodologia de avaliação do desempenho no eixo área temática (teórico) fica a cargo do tutor de cada disciplina, o qual deve definir quais métodos utilizará. A cada semestre é realizada a avaliação somativa por atribuição de conceitos, e, em conjunto, é transformada em números, e, se configuram como obrigatoriedade para a conclusão do curso, junto com a aprovação na apresentação da atividade final de curso (Produto de Residência).

3.2.2 Avaliação do PRPEI

A avaliação do PRPEI é sistematizada semestralmente e de forma contínua, buscando aferir a condução do programa em relação ao projeto pedagógico aqui apresentado, seus objetivos e resultados esperados. A avaliação interna é de cunho formativa, realizada por todos os atores que estão neste processo: profissionais residentes, mentores, tutores, docentes e demais funcionários das escolas e da SMED, diretores e assessores dos setores envolvidos.

Considerando a concepção do programa e objetivos estabelecidos, o processo de avaliação valoriza princípios do trabalho participativo. Assim, será criada uma Comissão de Avaliação do PRPEI com participação voluntária de representantes dos residentes, mentores e tutores, docentes efetivos e membros dos conselhos de controle social. Essa comissão será responsável por elaborar a Ficha de Avaliação do PRPEI, devendo abranger quatro aspectos constitutivos (programa, medidas de indução à iniciação docente e de interação com pares e comunidade escolar, organização didático-pedagógica, suporte de formador experiente – mentoria e tutoria), que deverá ser encaminhada ao gabinete do(a) Secretário(a) Municipal da Educação para aprovação.

² Uma sugestão de modelo está apresentada em Apêndice A.

Nesse sentido, os profissionais residentes farão parte não somente do âmbito avaliativo como da busca de melhorias. A este respeito, também se considera importante que tanto o PRPEI quanto o processo de avaliação sejam planejados, conduzidos, implementados e analisados pelos próprios integrantes do programa. Da mesma forma, os resultados da avaliação interna, além de amplamente divulgados em *posts* no Instagram institucional, informativos, murais, entre outros meios, será apresentado e discutido com o coletivo em seminário semestral, possibilitando uma reflexão sobre os principais problemas e um planejamento das ações e estratégias a serem adotadas, servindo também para a sistematização da próxima avaliação do programa.

3.3 PROCESSO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DE MENTORES E TUTORES

Conforme já mencionado, a concepção deste Projeto Pedagógico estabelece dispositivos de apoio aos processos de educação permanente, percebendo desenvolvimento do corpo docente como um elemento central no processo de mudanças e construções pedagógicas para os TCTs e na qualidade do aperfeiçoamento profissional para os professores iniciantes.

A ideia de que os professores experientes necessitem um sistema estruturado para apoiar sua atividade no PRPEI baseia-se no fato de que estes papéis (mentoria ou tutoria) requerem novos olhares para as diferentes dimensões que envolvem o trabalho docente. Reconhece-se que cada docente tem sua própria identidade e multiplicidade de saberes práticos, apresenta-se em determinada fase do seu desenvolvimento profissional, as quais possuem distintas características que se relacionam no cotidiano da vida e do trabalho.

Dentro desse contexto, a proposta de educação permanente de mentores e tutores visa fortalecer tais especificidades, a partir de espaços de troca e diálogo, buscando, dessa forma, a construção/reconstrução do conhecimento alinhado das questões advindas da prática no PRPEI.

Para isso, estão previstos sistematicamente ciclos de debates com temáticas pré-definidas, de acordo com as necessidades demandadas pelo ensino e cotidiano do trabalho. Também deve ser feito esforço para que sejam garantidos a realização de, no mínimo, dois (2) encontros *online* por mês, entre o grupo de tutores e mentores, facilitando a troca de experiências, articulando o trabalho desenvolvido pelo grupo de residentes nas diferentes escolas, bem como a construção de estratégias viáveis para os problemas identificados. Além disso, é nesses espaços que serão coletivamente definidas as temáticas, as estratégias e cronograma para os ciclos de debates.

Será incluído na agenda típica que antecede as atividades do programa um encontro inicial de tutores e mentores, com carga horária de até 16 horas, para alinhar ações em relação aos objetivos do PRPEI, abordando temas como: comunicação com os iniciantes, papel e responsabilidade da função assumida, processo de avaliação, desenvolvimento de estratégias de indução à iniciação docente e de interação com pares e comunidade escolar, retroação construtiva, entre outros.

4 PROCESSO DE SELEÇÃO DO PROGRAMA

A SMED e a Escola de Gestão Pública (EGP), por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio (SMAP), instituirão a Comissão de Seleção do Programa de Residência Profissional na Educação Integral (CS-PRPEI). A seleção de candidatos ao PRPEI se dará por Processo Seletivo Simplificado, cujos procedimentos e requisitos serão definidos em Instrução Normativa emitida pela CS-PRPEI, responsável pelo respectivo Edital de Seleção.

5 RECURSOS FINANCEIROS

Os mentores e tutores terão sua participação dentro de sua carga horária de servidores municipais, não estando programada a concessão de gratificação ou outro tipo de remuneração ao servidor público.

Por outro lado, esta proposta prevê a concessão de bolsa-auxílio residente e auxílio-transporte, correspondente ao valor da passagem, conforme legislação vigente, pagos mensalmente pelo município ao residente pelo cumprimento da carga horária semanal de 40 horas de atividades de formação em serviço, conforme estabelecido neste documento.

Nesse sentido, poderão ser utilizados os recursos financeiros federais provenientes da adesão municipal ao Programa Escola em Tempo Integral. Conforme o “Manual de execução financeira do Programa Escola em Tempo Integral”, lançado pelo Ministério da Educação (MEC) no dia 4 de dezembro de 2023, a remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação estão entre as despesas permitidas (inciso I do art. 70 da LDB), tais como: remuneração de profissionais habilitados da educação para **regime temporário** na Secretaria de Educação (vedada remuneração referente à folha ordinária de pagamento do servidor público ativo); formação continuada de profissionais para atuação na perspectiva da educação integral; seleção de profissionais

para atuarem nas escolas participantes – inclui contratação de empresa especializada em processo seletivo (Brasil, 2023).

De toda forma, é importante destacar que a estrutura curricular e organizacional do PRPEI, inclusive critérios referentes aos recursos financeiros e valor da bolsa-auxílio destinada ao profissional residente, terão regulamento próprio, a ser aprovado por decreto do Executivo Municipal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 3 nov. 2023.

BRASIL. **Caderno saúde [livro eletrônico]**: educação alimentar e nutricional. Brasília: Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, 2022. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/pro-bncc/material-de-apoio/>. Acesso em: 31 out. 2023.

BRASIL. **Documento de Área – Área 38: Educação**. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Avaliação. Brasília: Capes, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/educacao-doc-area-2-pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, jun. 2014.

BRASIL. Lei n. 13.666, de 16 de maio de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 1-17, 2018.

BRASIL. Lei n. 14.640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 1, 1 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual de execução financeira do Programa Escola em Tempo Integral**. Brasília: Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/manual-execucao.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2024.

CAISAN. Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano municipal de segurança alimentar e nutricional: 2022 a 2023**. Porto Alegre, 2022. Disponível em: http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cs/usu_doc/plano_san_2022_23.pdf. Acesso em: 3 nov. 2023.

CNE. Parecer CNE/CP n. 14, de 10 de julho de 2020. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 57, 26 out. 2020b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12861-formacao-superior-para-a-docencia-na-educacao-basica>. Acesso em: 3 nov. 2023.

CNE. Resolução CNE/CP n. 1, de 27 de outubro de 2020. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 103-106, 29 out. 2020a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12861-formacao-superior-para-a-docencia-na-educacao-basica>. Acesso em: 3 nov. 2023.

CNE. Resolução CNE/CP n. 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 41-44, 22 dez. 2017.

CNE. Resolução CNE/CP n. 4, de 17 de dezembro de 2018. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 dez. 2018.

GATTI, B. A. Formação inicial de professores para a educação básica: pesquisas e políticas educacionais. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 25, n. 57, p. 24-54, 2014.

HANSEN, K. S.; PEDROSO, I.; VENTURI, T. A Educação em Saúde na formação inicial docente: análises iniciais de um curso de Biologia e um de Pedagogia. **Revista da SBEnBio**, n. 7, p. 4359-4371, 2014.

JACOB, C. M. *et al.* A systematic review and meta-analysis of school-based interventions with health education to reduce body mass index in adolescents aged 10 to 19 years. **International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity**, v. 18, n. 1, p. 1-22, 2021.

MARQUES, K. C. D.; SAUERWEIN, I. P. S. Interdisciplinaridade na Formação Inicial de professores da área das Ciências da Natureza e Matemática: um estudo em periódicos A1 e A2. **Interfaces da Educação**, v. 11, n. 31, p. 329-362, 2020.

PMPA. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Lei n. 11.858, de 25 de junho de 2015. Institui o Plano Municipal de Educação (PME). **Diário Oficial**, Porto Alegre, jun. 2015.

SAMPAIO, A. F.; DE SENZI ZANCUL, M.; ROTTA, J. C. G. Educação em Saúde na formação de professores de Ciências Naturais. **Revista Electrónica de Investigación en Educación en Ciencias**, v. 10, n. 2, p. 46-58, 2015.

SHULMAN, L. S.; SHULMAN, J. H. Como e o que os professores aprendem: uma perspectiva em transformação. **Cadernos Cenpec, Nova série**, v. 6, n. 1, 2016.

SILVA, M. S. D.; GARCIA, R. N. A temática saúde nos currículos de cursos de Ciências Biológicas em algumas Instituições de Ensino Superior (IES) da região metropolitana de Porto Alegre. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 11., Florianópolis, 2017. **Anais...** São Paulo: ABRAPEC, 2017.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ZANCUL, M.; GOMES, P. H. M. A formação de licenciandos em Ciências Biológicas para trabalhar temas de Educação em Saúde na escola. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 4, n. 1, 2011.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DIALÓGICA

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DISCENTE					
¹ Adotar como metodologia o diálogo, preenchendo em conjunto com o profissional-residente. ² Utilizou-se como modelo de referência o “BOLETIM DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO” aplicado para a avaliação do trabalho desenvolvido pelo servidores da PMPA em período de Estágio Probatório.					
	MB	S	PM	I	Justificativa:
a. POSTURA PROFISSIONAL Considere se o trabalho/ atividades/tarefas atribuídas foram desempenhadas com profissionalismo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
b. RELACIONAMENTO PROFISSIONAL Avalie as práticas relacionadas a sua atuação no campo interdisciplinar e o relacionamento Inter profissional, articulado ao modelo proposto para o PRPEL.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
c. RESPONSABILIDADE Considere o quanto assumiu os compromissos do trabalho pedagógico, se corresponsabilizando pelas mudanças para a qualidade da educação/tempo integral e seu processo de aprendizado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
d. OBSERVÂNCIA DE NORMAS E PROCEDIMENTOS DE SERVIÇO Considere se foram cumpridas as normas, procedimentos, deveres, obrigações previstas no contrato de residência e as combinações realizadas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
e. APROVEITAMENTO DO TRABALHO Considere a distribuição do tempo e desempenho nas atividades coletivas e individuais, segundo importância das mesmas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
f. UTILIZAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS Avalie como foram utilizados os recursos materiais disponíveis.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DISCENTE

	MB	S	PM	I	Justificativa:
g. DISPONIBILIDADE E PARTICIPAÇÃO NO EIXO CONVIVÊNCIA Avalie o quanto o profissional-residente envolveu-se, contribuindo para o desenvolvimento do trabalho no tempo de convivência e em serviço de projetos em para educação em tempo integral.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
h. INTERESSE PELO CONHECIMENTO Considere em que medida o profissional-residente busca e aquisição de novos conhecimentos, integrado aos conhecimentos e formação prévios, articulado com seus pares e demais profissionais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
i. QUALIDADE DO TRABALHO Considere se o trabalho/atividades/tarefas desenvolvidas foram bem realizadas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
j. PROATIVIDADE PARA PROPOSTA DO PRPEI Considere em que medida o profissional-residente articula e interage com alunos, suas famílias e comunidades, com foco nos temas da educação, saúde e qualidade de vida da população.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
k. CONTRIBUIÇÕES PARA OS TCTs Considere as contribuições e desempenho nas discussões, reflexões e formulação de proposições nas atividades coletivas junto aos pares, colegas e demais da comunidade escolar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
l. ASSIDUIDADE, PONTUALIDADE Considere o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e faltas não justificadas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DISCENTE

Recomendações do mentor ao Profissional Residente:

- Quais os aspectos significativos (positivos e negativos) que contribuíram para o resultado desta avaliação?
- Observações adicionais:

Profissional Residente:

- Emita sua opinião sobre a avaliação efetuada. - Observações adicionais:

Assinatura do Profissional Residente

Assinatura do mentor

Data da avaliação: ___/___/___

“Este projeto pode parecer bastante utópico. É, certamente, tão utópico quanto o respeito universal pela dignidade humana. E nem por isso este último deixa de ser uma exigência ética séria. Como disse Sartre, antes de concretizada, uma ideia apresenta uma estranha semelhança com a utopia. Nos tempos que correm, o importante é não reduzir a realidade apenas ao que existe”.

(SOUSA SANTOS, 2010, p. 470)